

Mesa-redonda

Relação pesquisa/ensino/exercício profissional Pesquisa-ação: A criança e o adolescente em questão — construindo uma metodologia de trabalho

*Odária Battini**

Agradecemos à ABESS/CEDEPSS pela oportunidade de socializar uma experiência de pesquisa-ação no processo de formação profissional de assistentes sociais da Universidade Estadual de Londrina, que tem a pretensão de efetivar o princípio da relação formação profissional/exercício profissional, mediante pesquisa que contempla a unidade ensino/pesquisa e extensão. Agradecemos também aos participantes deste encontro pela oportunidade de compartilharmos dúvidas, angústias e avanços, concretizando uma estratégia de superação do isolamento da pesquisa e dos pesquisadores nas unidades de ensino superior no Brasil.

Apresentamos uma experiência em andamento, portanto cheia de dúvidas, mas, com grandes possibilidades e elucidações para o exercício de formação e de prática profissional, e que tem por objetivo:

- Construir uma metodologia de trabalho na esfera municipal para intervenção competente do assistente social ao nível da formulação de política social e do planejamento, na área da criança e do adolescente;
- a unidade ensino/pesquisa/extensão, aliando alunos e disciplinas de graduação (3 TCC; 5 projetos de pesquisa de iniciação científica; projetos de disciplina de planejamento, relatos de experiências em pesquisa e estágio); de pós-graduação e especialização (2 monografias); mestrado (uma dissertação), doutorado (uma tese) e conteúdos em disciplinas de pós-graduação de outras áreas (Pediatria Social e Enfermagem);

* Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (PR).

• a formação continuada de 35 profissionais, entre assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos, fisioterapeuta; trabalhadores do serviço público municipal e estadual de 11 municípios da Região Norte do Paraná, através de curso de pós-graduação com 432 horas/aula, articulando a prática de investigação e de intervenção;

• subsidiar a prática dos técnicos, a fim de qualificar representantes da sociedade civil e do poder público que na atualidade tomam espaços significativos nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, operando o princípio da paridade e o exercício da mediação Estado e sociedade civil;

• elucidar ao assistente social sua parcela de responsabilidade profissional e social no plano das decisões, no âmbito das políticas públicas como área de atuação efetiva do Serviço Social, especificamente na assistência social como estratégia política de acesso e direito ao mínimo;

• promover condições para criação de espírito investigativo efetivando a dimensão prático-crítica na ação profissional;

• debater e polemizar sobre o ECA como uma das questões atuais no âmbito das políticas públicas em conjunto com representantes do poder público de diferentes instâncias e níveis (juizes, promotores, delegados, prefeitos, vereadores, FCBA, SETA, secretários municipais) e da sociedade civil (conselheiros e técnicos, diretores de escolas, instituições não-governamentais, famílias e crianças institucionalizadas ou não).

Como uma estratégia metodológica na conquista da cidadania, a pesquisa-ação propôs superar alguns limites até o momento identificados e que a inspiraram, quais sejam:

a) O atendimento na área da criança e do adolescente é centrado nas instituições de atenção ao problema, apresentando-se fragmentado e estanque, sem articulação das diferentes dimensões sociais. A política do poder público municipal assim se configura e rebate no nível interventivo.

b) Não há metodologia de trabalho tanto nas prefeituras quanto nas organizações governamentais, o que reduz a prática a ações emergenciais e específicas, consideradas em si mesmas como universo da questão.

c) Existe um forte espírito de "propriedade" de doutrinas, de interesses e de parcela da pobreza, pulverizando o ser humano, os

recursos e as práticas, fortalecendo os "guetos", fragilizando a visão de articulação e de totalidade.

d) Centrados na prática institucional e na defesa dos recursos e objetivos dos seus próprios programas, os Conselheiros dos CMDCA ainda percebem suas ações, e o próprio Conselho, como sendo de entidades sociais e não como instrumentos políticos de formulação de políticas sociais e de fiscalização das ações do poder público e principalmente de definição e distribuição/gerência de recursos financeiros e, mais do que isso, como um espaço de poder com possibilidades de contribuir para reverter a direção hegemônica da sociedade atual.

e) A pouca formação dos Conselheiros torna fecunda uma prática improvisada, fundada no bom senso, o que legitima o social como área marginal e periférica, a reboque nos orçamentos e nas decisões.

f) A precupação dos Conselheiros em operar os termos do ECA a partir dos conceitos vigentes, portanto, com pouca expressão da nova concepção contida nos seus termos.

g) Alguns prefeitos resistem e bloqueiam o trabalho da sociedade civil organizada na composição dos Conselhos, por entenderem que o poder político e econômico será ampliado e dividido, fragilizando os interesses do grupo mandante.

h) Há nos municípios da nossa pesquisa tendência a uma pressão político-partidária, fortemente presente nas relações Estado/sociedade civil, repercutindo nos Conselhos através de uma prática subordinada à vontade política do poder público ou das organizações mantenedoras dos programas da área.

i) Nos municípios pequenos não há corpo técnico, e muitas vezes nenhum técnico. A perspectiva técnica está presente na ação da escola e da professora; a escola é o centro de expressão de problemas e a fonte de busca de solução. Geralmente as professoras não têm formação além do magistério, o que dificulta a atenção às expectativas da família.

j) Falta de dados relativos à problemática da criança e do adolescente e dos recursos e programas, o que favorece a ação "no escuro", sem clareza ao nível das decisões. Daí a improvisação.

l) Crítica à prática de formação entendida como "discurso", "palestras"; "falar bonito", "gastos inúteis" com treinamento; os cursos são vistos como "enganação", atividades inúteis que tomam o lugar da atuação direta, da prestação dos serviços às crianças e adolescentes. Isso evidencia o praticismo centrado em seqüências empíricas de ação.

m) Concepção da assistência como política permanente, mas de caráter privado e de responsabilidade exclusiva da sociedade civil de cunho filantrópico e caritativo.

No sentido de subsidiar a superação desses limites, desenvolvemos a pesquisa-ação, que contempla três dimensões:

Dimensão Produtiva: Busca-se o reconhecimento da posição do sujeito (do técnico e do conselheiro) na divisão sócio-técnica do trabalho, que determina o seu lugar na sociedade, considerando as diferentes forças que se põem no mundo da produção: empresários, políticos, a classe trabalhadora e um novo segmento que se evidencia hoje e que é o exercício marginal de reserva para a implementação do mercado informal. É o resgate da nossa cultura expresso pelo menino e pelo homem da rua, e que poderá dar-se pela descentralização político-administrativa das instituições. Esta é a dimensão que vai permitir ao cidadão situar-se no jogo das forças de poder. A partir daí ela poderá descobrir seu potencial e instrumentalizar-se para reconhecer e explicar a realidade pela prática, na defesa de um novo projeto social fundado na cidadania de direito.

A formação nessa perspectiva é fundamental, considerada, nesta pesquisa-ação, mediante estratégias teórico-metodológicas que se evidenciam através de cursos de formação e qualificação de recursos humanos envolvidos neste trabalho.

Dimensão Investigativa: Procura exercitar no sujeito a elevação do nível de consciência da sua posição na divisão sócio-técnica de trabalho, que dá-se pelo coletivo de cidadãos organizados por interesses de classes nas organizações, nos movimentos, e rebate no exercício profissional. Procura criar oportunidades de reconhecimento da estrutura e da conjuntura que incide sobre a vida do sujeito e suas realizações mediante atitude investigativa e de novas descobertas.

Dimensão Interventiva: É a atividade intencional de transformação, criando metodologia de trabalho, subsidiando o processo de consolidação das conquistas da sociedade civil como resposta à questão social evidenciada na área da criança e do adolescente.

O método crítico foi o caminho definido para a realização do trabalho.

Para compreender e transformar uma situação precisamos ter uma leitura nítida sobre a mesma. O conhecimento aí é fundamental.

A exigência portanto, recai na reconstrução da realidade com base na unidade teoria-prática com a qual nos preocupamos. Isso implica na construção de uma explicação que sintetiza-se num conceito. O conceito é uma formulação reflexiva de uma situação contida na realidade. Sendo assim, exprime modos de ser e de constituir-se dessa mesma realidade.

Construir conceitos exige do indivíduo que observa a realidade, sua inserção consciente na mesma, questionando-a, investigando-a, criticando-a, modificando-a à luz de uma determinada referência teórico-metodológica que ilumina a leitura da prática, permitindo sua reconstrução, na perspectiva prático-crítica.

Essa posição do "sujeito construtor da realidade" permite a apropriação do processo de constituição da realidade, das suas relações, da sua estrutura, das suas tendências, da sua história. É assim que se constroem significados, conceitos, favorecendo o nítido resgate do real e não apenas a aplicação de definições abstratamente elaboradas "a priori". Esse é o princípio pelo qual orientamos os Conselhos Municipais para operar sua prática a partir das indicações contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA é um instrumento de orientação para as ações de atendimento à criança e ao adolescente nos municípios. Como instrumento, indica práticas que devem ser construídos a cada realidade segundo suas peculiaridades, respeitando os diferentes pensamentos propostos ao nível federal, estadual e local. Porém, como competência dos municípios, os Conselhos Municipais paritários formularão sua política obedecendo ao princípio da descentralização político-administrativa, conforme os termos da Lei 8.069/90. O caminho para tal prática considera a necessária relação entre a totalidade social e as particularidades a cada região e município, passando pelas suas próprias formas e modos de ser e constituir-se.

É no município que as coisas acontecem e é a partir dele que a realidade se reconstrói na relação com o Estado e a União, respeitada a autonomia, a autoridade e a responsabilidade em todos os níveis. Tal prática requer clara definição dos lugares institucionais com a manifestação expressa dos limites e possibilidades das pessoas e grupos na diversidade dos trabalhos que produzem. Essas referências incidem nas ações da pesquisa operada com base nas três dimensões que a configuram:

Dimensão Formativa: a formação é crucial e a ênfase recai na capacitação de recursos humanos, através de cursos:

1) Curso de "Formulação de Política Social; planejamento e metodologia de trabalho ao nível municipal-teórico-prático — 432 horas, aperfeiçoamento, 2 anos, para técnicos e agentes sociais das 11 prefeituras integrantes da pesquisa-ação;

— promovido pelo Departamento de Serviço Social/UEL, destina-se a 35 alunos que integram a equipe regional dos pesquisadores, que foram indicados pelo poder executivo dos municípios;

— são responsáveis pela implantação da política e do planejamento municipal de atendimento à criança e ao adolescente, articulado ao CMDCA.

Com a finalidade de formar formadores para subsidiar a implantação do ECA o curso funciona:

— 1 semana de aulas teóricas (módulos) a cada 60 dias abordando temas surgidos na prática cotidiana dos técnicos e conselheiros e resgatados por ocasião das supervisões locais;

— no intervalo de cada módulo efetiva-se a supervisão local;

— a programação de cada módulo efetiva-se com base nas questões vividas nos municípios;

— ao final de cada módulo os participantes planejam as ações (de estudos e da própria pesquisa) da intervenção que serão operadas e acompanhadas no município por ocasião das supervisões locais constituindo-se ao mesmo tempo uma síntese do proposto e do operado e um novo ponto de partida para novas práticas e atitudes. Já realizamos 7 módulos que alimentaram as ações nos municípios.

2) Curso de operação de micro-computadores com 84 horas. Este curso é promovido pela divisão de informática do Centro de Estudos Sociais. Aplicados/UEL com objetivo de informatização das atividades da pesquisa-ação. Os três alunos estagiários operam o processo, controlando o arquivo e digitando e imprimindo seus relatórios.

3) Curso de Qualificação dos Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente:

— formação de conselheiros para implantação e controle da política pública de assistência social à criança e ao adolescente e suas famílias, subsidiando a participação da sociedade civil ao nível decisório, não mais na perspectiva da cooptação/legitimação de decisões já tomadas mas, como espaço de exigências de novas práticas e atitudes, na relação

Estado e Sociedade. Já realizamos 2 cursos, abrangendo 24 municípios e aproximadamente 120 conselheiros municipais.

4) Há um projeto do Departamento de Serviço Social para formação de corpo técnico da SETA para implantação da política social do Estado do Paraná para atendimento à criança e ao adolescente. É um curso de especialização estando em discussão. É um projeto de formação de formadores para assessorar 86 municípios da região norte do Paraná; é um projeto de treinamento em serviço é proposta do governo do Estado, para operar a sua política, manifestada no Programa "Meu Irmão". Evidenciar a contradição é enaltecere a participação das unidades de Ensino Superior na formação de recursos humanos ao nível da política social do Estado.

Na dimensão investigativa, a pesquisa se coloca com a finalidade de construção do quadro da realidade da criança e do adolescente para formular política/planejamento social na área.

Também abordamos, nessa dimensão, questões relativas à inserção do técnico e dos conselheiros como força política no âmbito daquela formulação (através de pesquisa de objetos articulados aos cursos fora da esfera particular desta pesquisa — tese de doutorado e monografias de especialização).

— Desenvolvendo-se através de aproximações, e pesquisa acha-se neste momento, em sua terceira fase.

A primeira referiu-se a construção da estrutura coletiva do trabalho compreendendo:

— organização dos pesquisadores com inteira cooperação da equipe e de abertura para o exterior, uma vez que os conhecimentos a serem adquiridos terão por base situações cotidianas da realidade social;

— relação horizontal com respeito ao direito de cada pesquisador trazer ao debate sua própria visão do problema, não devendo prevalecer *a priori* definições deste ou daquele participante.

Conteúdo desta aproximação:

— projeto preliminar da pesquisa;

— proposta metodológica a ser construída no coletivo;

— fundamentação teórica necessária para implementar a pesquisa.

Esta primeira aproximação partiu de um treinamento mediante diálogo aberto, tendo em vista integrar informações sobre a estrutura do trabalho, a realidade da criança e do adolescente, a prática profissional inserida na realidade:

— propiciou aos pesquisadores conversarem entre si, trocarem impressões, explicitarem angústias, partilharem idéias sobre a questão central do estudo e seu enfrentamento.

Como operamos essa aproximação?

a) Articulação inter-institucional para gerência da pesquisa com:

— projeto de pesquisa aprovado pelo Departamento de Serviço Social da UEL; pela Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência para financiamento e apoio político;

— termos de cooperação técnica com a Secretaria do Trabalho e da Ação Social para assessoria aos municípios na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao nível da prestação direta de serviços aos Conselhos de Direitos e às entidades assistenciais;

— projeto de pesquisa enviado ao CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) para auxílio-pesquisa e bolsas iniciação científica e aperfeiçoamento em pesquisa para alunos de graduação e profissionais recém-formados;

— articulação de projetos de pesquisa ao programa de estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC/São Paulo para consultoria, integrando o grupo de estudos "Relação Teoria e Prática".

b) Montagem de infra-estrutura para execução da pesquisa:

— coordenação articulada: Departamento de Serviço Social da UEL e Núcleo Regional de Londrina da SETA, envolvendo três docentes e três técnicos e nove alunos de graduação em Serviço Social;

— registro dos cursos na Coordenadoria de Extensão à Comunidade, considerados eventos de extensão universitária;

— registro da pesquisa e das bolsas na Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL;

— responsabilidade financeira de convênio UEL/FCBIA com a Coordenadoria de Administração e Finanças.

c) Sensibilização da sociedade civil e do poder público para ação conjunta em parceria através de:

— notícias em jornal/rádio e TV locais;

— interpretação a técnicos da LBA, Fórum, prefeituras, SETA, Câmaras Municipais e CMDCA;

— reuniões com prefeitos dos municípios da região através de visitas; assinatura dos termos do aceite;

— indicação dos técnicos e infra-estrutura local da pesquisa;

— reuniões da AMEPAR (Associação dos Municípios do Médio Paranaapanema) com prefeitos, grupo social, grupo de saúde e grupo de educação;

— o processo de implementação da pesquisa-ação, concluiu-se no dia da assinatura do convênio em 1º de agosto de 1991, quando o grupo regional da pesquisa iniciou seus trabalhos.

A primeira tarefa dos pesquisadores regionais foi:

a) manter infra-estrutura no município;

b) arregimentar grupo local de pesquisa;

c) realizar treinamento da equipe local.

Uma vez estruturado o trabalho, iniciamos a segunda aproximação com o 1º módulo em setembro de 1991.

Nesta segunda aproximação, e atendendo às expectativas dos profissionais evidenciadas na sua prática cotidiana, bem como dos diferentes segmentos da população já envolvidos com a composição dos CMDCA, recolhemos prioridades temáticas que eram explicitadas como angústias, problemas e preocupações comuns:

1) "O espaço urbano e os agentes que o produzem" incluindo aos técnicos do Serviço Social e os CMDCA;

2) A relação "Estado X Sociedade Civil".

A preocupação evidenciada pelo grupo de pesquisadores era, primeiro, a centralização do poder ao nível do executivo municipal, subordinando a intervenção profissional e da sociedade civil às decisões do grupo mandante; segundo, a ausência do princípio de regionalização/territorialização sem uma conscientização regional sem a qual não se produz acúmulo de identidade na área. Esta prática sugere uma "autonomia institucional" que oferece espaço fértil ao privilégio nas decisões e recursos pelo acesso direto aos poderes decisórios sem uma perspectiva

de ação articulada ao nível das definições das políticas públicas de caráter coletivo.

Dessa visão decorria prática imediatista, pontual, sem uma perspectiva de totalidade e percepção das forças sociais que produzem o movimento social urbano.

— Buscando apreender a totalidade social dos municípios como espaço que determina a problemática da criança e do adolescente — definimos como eixo analítico “A realidade social segundo as diversas dimensões da vida”.

Esse eixo garantiu a elaboração do instrumento de pesquisa para a coleta de dados como exercício de investigação e apreensão do real.

Apropriando-nos dos dados da realidade social, definimos como segundo eixo “A Política Social e as estratégias operativas viabilizadoras da participação popular”.

— Este eixo permitiu estudar criticamente o processo de composição e estruturação dos CMDCA resgatando o grau de participação e os determinantes sociais e políticos do processo.

— No primeiro eixo, constatada a problemática presente no grupo de pesquisadores, definimos a integração dando-lhe um caráter não reducionista, fundamentada na perspectiva da unidade dialética universal/particular.

— Partindo da premissa da superação da visão imediatista dos fatos à perspectiva política do espaço urbano, trabalhamos o espaço urbano, considerando a cidade como um jogo, sendo um espaço determinado com diferentes forças econômicas, políticas sociais, evidenciando: 1) o conhecimento dos princípios através dos quais os espaços se formam e são ocupados; 2) a capacidade de participar de forma ativa nas decisões negociando direitos e cumprindo deveres.

Com essa base, definimos o objetivo desta aproximação da pesquisa: identificar os elementos constitutivos do movimento de cada cidade manifestados nas questões de natureza físico-territorial, política e sócio-econômica, evidenciando a posição do técnico como uma das forças daquele movimento.

A pesquisa efetivou-se na coleta de dados populacionais dos serviços de consumo coletivo (diferentes ramos) e a dimensão político-jurídica; organismos pelos quais fluem as relações Estado/sociedade civil.

O formulário da pesquisa foi elaborado com a assessoria de pesquisadora do IPPUC/Curitiba (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) sendo realizado:

- 1) cadastramento dos recursos de atendimento coletivo;
- 2) banco de dados;
- 3) mapeamento dos recursos institucionais.

Neste exercício ainda fizemos uma dinâmica: “Desenhe a sua cidade”, e após a pesquisa de caracterização, executamos novamente o desenho com a apropriação significativa dos recursos e forças sociais no município.

Essas ações realizaram-se nos dois primeiros módulos no segundo semestre de 1991.

Hoje, os pesquisadores já se enfrentam com o poder público de modo mais confiante e competente.

O segundo eixo garantiu o estudo do processo de composição dos CMDCA.

Tomando consciência da visão de totalidade e de sua posição, nela enunciávamos a temática das “Relações de Poder no Espaço Urbano e a Construção da Cidadania” e o papel do profissional no processo de formação e implantação dos CMDCA.

Despertados para a prática profissional no âmbito da formulação da política social e do planejamento municipal, bem como para o papel fundamental como agentes mediadores no processo de organização da sociedade e da participação popular ao nível das decisões, os técnicos estudaram o modo pelo qual fluem as relações entre o poder público municipal e as organizações da sociedade civil, buscando identificar o nível e a legitimidade da participação popular na implantação dos CMDCA — suas possibilidades e limites.

Esse momento da pesquisa considerou a busca dos dados de caracterização dos CMDCA, através de formulários com perguntas abertas e fechadas e relato de experiência dos conselheiros, quando da participação no processo de implantação dos CMDCA.

Houve pesquisa documental, atos e leis municipais e orgânicas.

O formulário abordou o seguinte:

- a) se existe CMDCA e Conselho Tutelar e o Fundo;

b) perfil dos conselheiros municipais;

c) organização do processo de criação do CMDCA;

d) participação popular e do poder público no processo de criação e de composição do CMDCA.

Os profissionais, nesse momento, elucidaram questões importantes na relação Estado e Sociedade Civil e despertaram para o assumir o compromisso de assessor os CMDCA para sua consolidação.

A pesquisa de campo, os módulos, as supervisões com forças vivas dos municípios, reforçaram a importância do papel do profissional na formulação da política social nos municípios.

A temática abordada nos módulos versou sobre:

1) O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) — idéias centrais;

2) a conjuntura brasileira e a questão da criança e do adolescente;

3) fundamentos teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa;

4) relação Estado/Sociedade Civil.

Os dados foram coletados pelos pesquisadores municipais com a colaboração da equipe local de pesquisa e foram tabulados e analisados nos módulos de n° 03 e n° 04.

Dessas aproximações foi produzida a primeira revista com relatório parcial do trabalho.

Essa revista foi editada pela UEL e organizada pela coordenação da pesquisa, sendo apresentada em encontro regional de prefeitos, promotores, juizes e conselheiros em junho, na UEL, onde prestamos conta dos trabalhos até aí realizados.

Um dos pontos debatidos no encontro e nas supervisões dos municípios foi da necessidade de formação/reinamento dos conselheiros municipais para sua inserção ao nível decisório no município, pois achavam-se perdidos. Tal solicitação inspirou a continuidade da pesquisa com a discussão sobre o poder público e os Conselhos Municipais de Direito.

Partimos do pressuposto de que caberia ao assistente social assessorar a implantação dos CMDCA e do Plano Municipal da Assistência Social no Município. Sendo assim, deveriam conhecer:

a) os organismos afetos à cada instância do poder público com vistas a identificar a área de abrangência local, regional, estadual e federal que incidem nas definições das políticas de assistência no município;

b) identificar a organização do poder público na área da política social no município, apontando programas e ações que os mesmos desenvolvem, identificando o tipo de informações existentes com as quais se poderia contar para dimensionar o trabalho com a criança e o adolescente.

Os pesquisadores fizeram visitas aos poderes públicos e preencheram os formulários, fonte da coleta de dados:

— organograma e legislação dos poderes públicos;

— pesquisa documental em planos, lei de diretrizes orçamentárias, estatutos e manuais.

Esse documento da pesquisa permitiu aos pesquisadores reconhecer o universo de recursos e dados do poder público, estabelecendo o perfil preliminar das políticas públicas em diferentes níveis e esferas, nos municípios.

Esses dados ainda estão sendo trabalhados e analisados.

O universo de recursos e dados, subsidiará a 3ª aproximação da pesquisa relativa à problemática da criança e do adolescente a ser efetivada em 1993.

Para este momento da pesquisa, abordamos a discussão sobre a proposta governamental relativa a política de atenção à criança e ao adolescente em diferentes níveis.

Fomos à Curitiba no FCBIA e na SETA para debater com os diretores e secretários a proposta de atendimento à criança e ao adolescente nos níveis federal e estadual. Os resultados do debate estão publicados na revista n° 01.

Debatemos também no III e IV módulos, termos relativos ao ECA abordando:

— a perspectiva filosófica do ECA;

— fundamentos jurídicos;

— fundamentos políticos;

— as ações profissionais e o ECA.

Esse debate propiciou a base para a reflexão sobre as políticas sociais e sua descentralização político institucional pela via do processo de municipalização.

As vias de totalidade foram evidenciadas, sendo que os pesquisadores foram à fonte levantar dados com os responsáveis diretos na formulação da política ao nível federal e estadual; estabeleceram relações com as propostas dos políticos e os dados coletados nos organismos do poder público no município. Percebemos da fragmentação das ações; dos recursos e ações; propostas não realizadas (retórica da assistência) e do distanciamento do nível federal e estadual com o nível municipal, do que resulta apenas a transferência das responsabilidades e ações do Estado aos municípios, sem a necessária autoridade para encaminhar e decidir questões locais.

Com essa idéia, trabalhamos, num dos módulos, a questão da municipalização e do papel do assistente social nesse processo enquanto decodificador da direção política do mesmo, nos Conselhos Municipais.

Essa preocupação iluminou o conteúdo do V módulo com o aprofundamento da questão e preparo do I Curso de Qualificação dos Conselheiros Municipais de Direitos, efetuado em outubro de 1992.

Por ocasião das supervisões e das práticas municipais de consolidação dos CMDCA, os Conselheiros tomaram consciência do seu papel e da necessidade de treinamento, o que ficou colocado na pesquisa como prioridade.

Conquistada a confiança dos Conselheiros e despertada a necessidade do treinamento, realizamos o I curso em micro-regiões abordando 24 municípios da região norte.

O trabalho da pesquisa repercutiu satisfatoriamente na região; sendo que outros municípios solicitam sua inserção no grupo de pesquisadores.

Permitimos a participação dos demais municípios nos cursos de qualificação e não na dimensão investigativa diretamente.

Assim, na pesquisa como um todo, há 11 municípios com 25 pesquisadores; e participantes dos cursos de qualificação em 24 municípios com aproximadamente 120 Conselheiros.

A pesquisa subsidia esses cursos de qualificação.

O I curso abordou uma síntese dos trabalhos até aí desenvolvidos. Houve um relato das experiências à cada CMDCA do processo de sua implantação, das dificuldades e limites.

Esses dados foram gravados e transcritos sendo a empiria objeto de estudo para duas pesquisas de pós-graduação a nível de especialização do Curso de Estado e Política Social, promovido pelo Departamento de Serviço Social da UEL.

Como consequência desse curso, os Conselheiros sugeriram algumas ações:

1) a continuidade dos cursos com tratamento teórico-metodológico dos termos da lei;

2) três projetos de intervenção para consolidar os CMDCA;

1) reestruturação interna dos CMDCA;

2) divulgação do ECA;

3) boletim regional dos CMDCA da região norte do Paraná.

Realizamos o 2º curso de Conselheiros em novembro de 1992 onde analisamos as ações propostas nos 03 projetos. Esse conteúdo constituiu o VI e o VII módulos da pesquisa-ação.

No mesmo movimento da nossa pesquisa, considerando a dimensão formativa e a investigativa, a dimensão interventiva, se colocava com grande força:

— As supervisões motivaram os CMDCA, os prefeitos, juízes e promotores para debate da questão da criança e do adolescente.

O envolvimento do corpo técnico da SETA permitiu repensar a política da assistência à criança e ao adolescente na região através do Núcleo Regional de Londrina. Ao mesmo tempo o governo do Estado produziu um plano de trabalho de atenção à criança e ao adolescente e impôs aos municípios sua operação. Articulados à SETA/UEL, convidamos o corpo técnico da SETA/Curitiba para debater as propostas de ação e identificar as contradições.

A proposta da SETA aborda apenas a política de proteção especial contrariando os termos do ECA.

Contrapondo-nos à proposta do Estado, elaboramos contraproposta da região com uma visão de totalidade, evidenciando as políticas de garantia, as políticas básicas da assistência social e de proteção especial.

No último módulo elaboramos em conjunto com pesquisadores regionais, profissionais do Núcleo Regional da SETA, alunos e a coordenação da pesquisa, o plano governamental regional que está sendo debatido pela FCBIA e SETA para sua implantação na região.

No 2º curso de Qualificação de Conselheiros também debatemos as duas propostas de política, criticando a postura do Estado, embora valorizando sua intervenção enquanto responsável pela política na área.

Para a 3ª aproximação da pesquisa, esses conteúdos serão aprofundados e subsidiarão a implantação do processo de reordenamento político jurídico que se inspira nas diretrizes da:

- municipalização;
- participação popular;
- inter-institucionalidade.

A idéia é formular a política de atendimento à criança e ao adolescente no município em conjunto com os CMDCA com base nos planos governamentais da FCBIA/SETA/Núcleo Regional de Londrina/Plano do Governo Municipal na nova gestão.

Os Conselheiros mediarão essas referências e construirão sua proposta particular que será o trabalho de conclusão de curso dos pesquisadores.

À cada dimensão da pesquisa-ação, os dados são sistematizados e são elaborados:

- do curso a cada módulo;
- dos cursos de qualificação de Conselheiros;
- plano operacional da pesquisa nas suas 4 aproximações;
- plano operacional da política e de intervenção dos profissionais e dos CMDCA.

Há reuniões de serviço com os Conselheiros, com alunos e professores e técnicos da SETA para sistematização da prática.

O arquivo dos dados é mantido e atualizado como tarefa dos alunos bolsistas que ainda auxiliam na tabulação/análise dos dados; elaboram os relatórios finais e síntese dos módulos e eventos de extensão.

Essa forma de trabalho propicia aos alunos:

— participação diretamente, havendo resolução que os libera para projetos de extensão;

— relato do processo (pois concretiza-se a unidade teoria/prática onde o docente, no cotidiano com o aluno, orienta-o na pesquisa, na intervenção e na análise conjuntural da prática profissional — competência técnica e política);

— instrumentaliza o aluno na leitura da lei, do plano governamental, na elaboração dos projetos, na participação das dinâmicas de grupo, nos relatos, nas sínteses, nos relatórios parciais, no registro do processo, na aplicação de métodos e técnicas de pesquisa; na busca de referenciais teóricos, a partir das questões emergentes do cotidiano;

— desenvolve o espírito investigativo pelo entusiasmo de novas descobertas, do *insight*; de facilitação do entendimento, dos referenciais dados em sala de aula em diferentes disciplinas;

— permite articular dados da prática nos debates teóricos propiciando segurança e competência no processo de formação profissional. O que avançou?

- 1) Novo modo de organização da sociedade civil no enfrentamento da questão da criança e do adolescente, na mediação Estado/sociedade;
- 2) materialização da universidade, plasmando-se na realidade a possibilidade de críticas, formação de consciência a partir de abordagens plurais de compreensão do mundo;
- 3) articulação muito concreta de organismos governamentais e população (SETA, UEL, Prefeitos, Conselhos, FCBIA, profissionais);
- 4) respeito às particularidades de cada município e livre arbítrio na composição dos grupos de trabalho, articulando poder público e sociedade;
- 5) visão multidisciplinar na abordagem do trabalho;
- 6) criação de conhecimentos novos e metodologia de ação na área;
- 7) principalmente: o preparo da sociedade civil para formular políticas, gerir recursos e tornar-se força política, não na perspectiva momentânea da obtenção de direitos sociais e civis, mas no sentido da emancipação humana.